

## Bases epistemológicas das pesquisas em políticas educacionais:

### Alguns apontamentos

Sue Elen Lievore<sup>1</sup>  
[suelievore@gmail.com](mailto:suelievore@gmail.com)

Roberta Freire Bastos<sup>2</sup>  
[bastosroberta\\_freire@gmail.com](mailto:bastosroberta_freire@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo do artigo é caracterizar o campo de pesquisa científica em políticas educacionais, no Brasil, a partir do mapeamento e da análise das teses produzidas sobre o tema, com subtema planejamento educacional, nas décadas de 1990 e anos 2000. Com base na concepção de campo cunhada por Bourdieu (2004), foram investigadas as origens da constituição desse campo de pesquisa, bem como as singularidades, relações de poder que o atravessam e o *habitus* próprio entre os integrantes do campo. Procurou-se investigar os enfoques metodológicos, referenciais teóricos e níveis de abordagem contidos nas pesquisas da área. Tais enfoques podem contribuir para o campo acadêmico da pesquisa em política educacional quando se propõem a refletir acerca do contexto específico em que tais políticas estão inseridas e dos jogos e disputas, arranjos e interesses próprios que as circundam, possibilitando a análise da influência de tais políticas nos mecanismos de reprodução social.

**Palavras-chave:** Política educacional. Epistemologia. Planejamento educacional.

## Epistemological bases of research in educational policies:

### Some notes

143

**Abstract:** Abstract: The objective of the article is to characterize the field of scientific research in educational policies in Brazil, based on the mapping and analysis of the theses produced on the theme, with sub-theme educational planning, in the 1990s and 2000s. Based on conception of field coined by Bourdieu (2004), the origins of the constitution of this field of research were investigated, as well as the singularities, power relations that cross it and the proper *habitus* among the members of the field. We sought to investigate the methodological approaches, theoretical frameworks and levels of approach contained in research in the area. Such approaches can contribute to the academic field of research in educational policy when

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e Professora da Rede Municipal de Serra/ES.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

they propose to reflect on the specific context in which these policies are inserted and the games and disputes, arrangements and own interests that surround them, allowing the analysis of the influence of such policies mechanisms of social reproduction.

**Keywords.** Educational policy; Epistemology; Educational planning.

## 1 Introdução

As disputas existentes entre o que é ou não científico perpassam as relações de poder estabelecidas entre os contextos sociais, políticos e econômicos em processos de disputa. Refletindo sobre os usos sociais da Ciência e a correlação de forças que perpassam as produções científicas, Pierre Bourdieu (2004) elabora a teoria do campo. O objetivo dessa teoria é escapar do dualismo entre a isenção das produções científicas perante as relações de poder estabelecidas, bem como sua submissão mecânica a tais relações. Para o autor, os campos científicos das diferentes áreas do conhecimento se constituem enquanto microcosmos, pertencentes aos macrocosmos, mas que possuem leis próprias. Isso quer dizer que os diferentes campos científicos estão inseridos nos processos de disputa mais amplos do mundo social, mas também possuem suas próprias lógicas que lhes conferem certo grau de autonomia perante tais processos.

Bourdieu (2004) pontua que, no campo científico, há relações de forças vigentes e que os cientistas pertencentes ao campo utilizam diferentes recursos para conservar ou transformar as relações estabelecidas. Tais recursos dependem das propriedades gerais dos campos, quais são: os objetos de pesquisa estudados no campo, as hipóteses relevantes e a estrutura e distribuição do capital específico. Desse modo,

[...] não há “escolha” científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 1983, p. 127).

O campo de pesquisa em políticas educacionais surge, na América Latina, a partir das décadas de 1950 e 1960, por meio de estudos realizados no âmbito da Ciência Política, com enfoque no planejamento educacional (FERREIRA; MAINARDES; TELLO, 2011). No Brasil, os estudos em política educacional podem ser divididos em três momentos:

o primeiro deles foi impulsionado por órgãos governamentais com o objetivo de organizar a educação nacional, subsidiando a elaboração de políticas educacionais, de acordo com o contexto das décadas de 1950 e 1960; o segundo caracteriza-se pela institucionalização dos estudos em políticas educacionais, a partir da década de 1960, com a criação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), da Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração Escolar (Anpae) e, na década de 1980, do Grupo de Trabalho 5 (GT5)– denominado Estado e Política Educacional no âmbito da Anped; e o terceiro momento, no decorrer da década de 1990, a partir do aumento de publicações sobre a temática, criação de grupos, linhas de pesquisas e de periódicos científicos (STREMEL, 2016).

Sendo o campo educacional caracterizado como macrocosmo, o campo acadêmico da política educacional

[...] caracteriza-se como um espaço estruturado, relativamente autônomo, de posições e de lutas, no qual os aspectos políticos interferem significativamente, ora no seu capital específico, ora no habitus dos seus agentes ou nas relações objetivas entre seus ocupantes (STREMEL, 2016, p. 39).

A criação de linhas e grupos de pesquisa em políticas educacionais contribuiu para a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil e para a integração de pesquisadores da temática, fortalecendo o campo por meio da aquisição de um *habitus* próprio entre seus integrantes. Importa destacar, ainda, que tal campo está inserido num contexto de disputa e as pesquisas nele desenvolvidas podem legitimar ou não as políticas educacionais implementadas podendo influenciar certos mecanismos de reprodução social (STREMEL, 2016).

Nesse sentido, as teorizações de Bourdieu (1983, 2004) podem contribuir para análise do campo de pesquisa das políticas educacionais no Brasil, pois conhecer as pesquisas realizadas, as hipóteses levantadas, os métodos utilizados e as conclusões fortalece o campo de pesquisa e nos possibilita refletir e agir diante dos desmontes das políticas educacionais que podem ser observados na conjuntura atual brasileira (SAVIANI, 2018).

Atualmente, o campo de pesquisa em políticas educacionais, no Brasil, está em consolidação (STREMEL; 2016). Dentre os desafios apontados pela autora, está a necessidade do desenvolvimento de estudos de natureza teórica e epistemológica que objetivem analisar a produção do campo. Dessa forma, o presente artigo pretende contribuir

para o campo de pesquisa em política educacional ao analisar estudos elaborados em nível de Doutorado sobre a temática planejamento educacional. Isso será feito mediante a aplicação de uma revisão teórica sobre a temática e análise das teses a partir do esquema analítico proposto por Mainardes e Tello (2015).

Na primeira parte do texto, faremos uma breve contextualização da temática planejamento educacional aplicada às políticas educacionais. Em seguida, caracteriza-se a materialidade da produção selecionada, em conjunto com a apresentação desses dados em forma de tabela e breves análises que articulam a importância desse campo de pesquisa para a educação.

## 2 Política educacional e planejamento educacional

O Estado Brasileiro caracteriza-se por um arranjo federalista cooperativo que vislumbra um equilíbrio de poderes entre a União e os entes federativos, a fim de estabelecer laços de colaboração na distribuição das múltiplas competências por meio de atividades planejadas e articuladas entre si, objetivando fins comuns (CURY, 2008). Apesar dessa configuração cooperativa, tradicionalmente, prevalece a fragilidade da articulação entre os entes federados e a escassa experiência na prática de planejamento das ações. As políticas educacionais desenvolvidas no contexto da década de 1990 caracterizaram-se pelo estabelecimento de convênios efêmeros entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Esses convênios possuem a marca da tensão centralização/descentralização e a alternância entre momentos com mais e com menos autonomia para a gestão das políticas.

Esse modelo de políticas educacionais se materializou nas décadas passadas por meio da elaboração de projetos pelos governos locais, de acordo com as demandas; e encaminhamento para a União, que aprovava ou não determinado projeto e inseria as unidades federativas em seus programas por meio da assinatura de contratos e estabelecimento de convênios previamente determinados.

Tal configuração de política evidencia uma autonomia relativa ou condicionada, já que, apesar da liberdade de escolher ou não participar de determinada política, os entes federados, sobretudo os municípios, necessitam aderir às propostas federais para receber recursos. Sem esses recursos muitas vezes não se é possível gerir a educação local.

Os estudos de Ferreira e Fonseca (2011, p. 74) enunciam que foi nos governos militares que “o planejamento da educação passou a compor os planos nacionais de desenvolvimento”. Ademais, o processo de planejamento adotou diferentes estilos que correspondiam a muitas funções e incorporavam diversas variáveis (políticas, econômicas e sociais) e adquiriram nomenclaturas: planejamento tradicional, estratégico, situacional e participativo (FERREIRA; FONSECA, 2011).

O planejamento educacional pode ser conceituado como todo ato intencional, político e técnico para direcionar as atividades do campo educacional, buscando racionalizar os fins e os meios haja vista conseguir os objetivos propostos.

O planejamento educacional é intencional, na medida em que não pode ser efetivado aleatoriamente; implica conhecimentos da realidade, pressupõe escolhas e estabelecimento de meios para se atingir um determinado fim. É político, visto que está comprometido com as finalidades sociais e políticas da sociedade. É técnico, pois exige a utilização de meios eficientes para se obter os resultados. Tem como pressupostos básicos: o delineamento da filosofia da Educação do País, evidenciando o valor das pessoas e da escola na sociedade (CASTRO, 2010, p. 1).

Já no início da década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, Ferreira (2006) destaca os dois Planos Plurianuais que foram organizados com base na tríade: estabilidade monetária, equilíbrio da política macroeconômica e política setorial em parceria com o setor privado. Portanto, predominou a centralidade no econômico, a ênfase na perspectiva de descentralização das políticas públicas para Estados e Municípios e uma proposta de desestatização nas parcerias com o setor privado (FERREIRA, 2006).

No segundo mandato do governo Lula da Silva, foi lançado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, por meio do Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, convidando Estados, Municípios e Distrito Federal a aderir a esse plano mediante a assinatura e elaboração dos respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR).

A perspectiva política contida no PAR é antecedida pelas propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Camini (2009) evidencia a contrariedade existente nessa política que, ao mesmo tempo em que delega autonomia e responsabilização às unidades federativas, confere ingerência e permeabilidade político-administrativas de uma instância sobre a outra. Contribui, assim, para o processo de homogeneização da gestão, o que pode levar à prática de sobreposição da imensa diversidade regional, estadual e municipal.

Diante desse contexto, o PAR é lançado como um instrumento de planejamento sistêmico que visou reduzir a realização de convênios transitórios e substituí-los por um plano de metas concretas e efetivas que deveriam ser construídas mediante o diagnóstico das necessidades locais.

Destarte suas fragilidades como política pública, o desenvolvimento do PAR suscitou o interesse em pesquisas sobre o tema planejamento educacional. Tomamos como exemplo a pesquisa interinstitucional “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do PAR”, iniciada em 2009, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Na Ufes, a pesquisa foi coordenada pela Profa. Dra. Eliza Bartolozzi Ferreira e se desenvolveu no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Nepe/CE/UFes), também sob coordenação dessa professora.

Bastos (2016) parte do pressuposto de que o planejamento educacional participativo deve envolver a multiplicidade de sujeitos e de instituições que compõem um sistema de ensino e é influenciado por questões técnicas e políticas que se desenvolvem no contexto de aplicação da política.

A partir do cenário descrito e do acirramento das disputas, descontinuidades e ameaças autoritárias que o Brasil vive após o impedimento da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, a pertinência do planejamento educacional como tema de pesquisa em políticas educacionais toma maiores proporções; isso justifica a escolha feita neste trabalho, ao investigar a materialidade deste tema na produção científica nacional.

### 3 O planejamento educacional em análise

O presente artigo objetiva contribuir para a análise da produção teórica relacionada ao campo de pesquisa em política educacional, com foco no planejamento educacional. Para tanto propõe a análise das teses a partir do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), a partir de um esquema analítico cujo intuito é “promover, através de seus componentes, a reflexividade sobre os processos de pesquisa do campo da política educacional buscando maior solidez teórica e epistemológica na pesquisa”

(MAINARDES; TELLO, 2015, p. 156). Para isso, o enfoque é constituído por três componentes: a perspectiva epistemológica, a posição epistemológica e o enfoque epistemometodológico. De acordo com os autores, a perspectiva epistemológica diz respeito à cosmovisão assumida pelo pesquisador que guiará sua pesquisa; a posição epistemológica está relacionada ao modo como o pesquisador compreende o mundo, vinculado ao posicionamento ético-político; por sua vez, o enfoque epistemometodológico se refere à forma como, metodologicamente, a pesquisa é construída a partir da perspectiva epistemológica e do posicionamento epistemológico do pesquisador. Com esses elementos, os autores propõem um esquema analítico para análise de pesquisas, a metapesquisa, que propõe “identificar como os pesquisadores do campo estão desenvolvendo suas ideias e proposições, baseando-se em determinados referenciais teóricos e metodológicos”. (MAINARDES; TELLO, 2015, p. 169).

Dessa forma, os autores elaboraram um esquema analítico inicial, quais são: recorte temporal ou temático de análise, confecção do registro e a leitura sistemática. As análises, nestes estudos, são apresentadas a partir desse esquema. Importante ressaltar que tais análises foram realizadas a partir dos objetivos do artigo e se constituem enquanto “exercício teórico sobre a pesquisa de políticas educacionais, sem pretensão de julgamentos ou criação de hierarquias” (MAINARDES; TELLO, 2016, p. 5).

Nesse sentido, o recorte temático foi com o tema política educacional e subtema planejamento educacional, constantes nos títulos das teses, e a amostra analisada foi coletada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir dos seguintes filtros: tipo - doutorado, grande área do conhecimento – ciências humanas, e área de conhecimento – educação.

Inicialmente, selecionaram-se oito teses. Duas delas não foram encontradas em arquivo disponível na internet, o que inviabilizou sua análise. Uma outra tese, cujo assunto abordado não era convergente com a temática que selecionamos previamente foi excluída. Dessa forma, cinco teses compuseram a amostra desse estudo. As teses foram produzidas no período entre 1999 e 2006, nas regiões Nordeste (Ceará) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais). As instituições de vinculação das pesquisas foram de gestão estadual e federal: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal

Do Ceará (UFC) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A confecção do registro foi realizada a partir desses elementos.

Quadro 1 – Teses analisadas com a temática planejamento educacional por ano de publicação

(continua)

Ano da publicação	Referência	Leitura Sistemática
1999	GENTILINI, João Augusto. <b>Crise e planejamento educacional na América Latina: tendências e perspectivas no contexto da descentralização.</b> 1999. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.	1) Tipo de pesquisa: análise documental 2) Amplitude do estudo: nacional 3) Marco teórico (conceitos chave, fundamentos da pesquisa): crise econômica, reformas estruturais, relações entre o Estado, mercado e a sociedade, planejamento, centralização/descentralização e reformas educativas 4) Técnicas/Metodologia: análise documental 5) Tipo de abordagem: analítica
2006	FERNANDES, Fabiana Silva. <b>Planejamento educacional: conceitos, definições e mudanças.</b> Recompilando e relendo as concepções latino-americanas da década de 1980 e início de 1990. 2006. 232 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Araraquara, 2006.	1) Tipo de pesquisa: documental 2) Amplitude do estudo: internacional 3) Marco teórico (conceitos chave, fundamentos da pesquisa): planejamento educacional, Estado Desenvolvimentista na América Latina e crise da década de 1980 4) Técnicas/Metodologia: análise documental 5) Tipo de abordagem e abstração: analítica
2007	SCAFF, Elisangela Alves da Silva. <b>Planejamento da educação e cooperação internacional: uma análise dos programas Monhangara e Fundescola.</b> 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.	1) Tipo de pesquisa: trabalho de campo, bibliográfica e documental 2) Amplitude do estudo: local 3) Marco teórico (conceitos chave, fundamentos da pesquisa): cooperação internacional, gestão educacional; planejamento educacional e Estado 4) Técnicas/Metodologia: avaliação de impacto, análise de documentos e realização de entrevistas 5) Tipo de abordagem: analítica



Ano da publicação	Referência	Leitura Sistemática
2016	MARIANO, Sangelita Miranda Franco. <b>O Plano de Ações Articuladas (PAR):</b> Uma perspectiva de gestão e planejamento na educação pública municipal de Uberlândia-MG. 2016. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.	1) Tipo de pesquisa: trabalho de campo, bibliográfica e documental 2) Amplitude do estudo: local 3) Marco teórico (conceitos chave, fundamentos da pesquisa): gestão, planejamento educacional, regulação, centralização/descentralização, políticas públicas 4) Técnicas/Metodologia: pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com representantes do comitê local e técnicos da Secretaria Municipal de Educação/abordagem do Ciclo de Políticas 5) Tipo de abordagem: analítica
2010	GUEDES, Mardonio e Silva. <b>Nos atalhos do pedir:</b> favores, paternalismo e planejamento educacional no Ceará (1963-1982). 2010. 221 f. (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.	1) Tipo de pesquisa: análise bibliográfica 2) Amplitude do estudo: local 3) Marco teórico (conceitos chave, fundamentos da pesquisa): planejamento educacional e paternalismo 4) Técnicas/Metodologia: análise documental 5) Tipo de abordagem: analítica

Tabela 1 – Teses analisadas com a temática planejamento educacional por ano de publicação (conclusão)

Fonte: Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (2018).

Considerando o caráter federativo do Estado Brasileiro e a perspectiva de o planejamento educacional ser intencional, político e técnico, as teses analisadas apresentam questões que perpassam os diferentes contextos políticos e sociais, as políticas educacionais e as práticas relacionadas ao planejamento educacional no Brasil e em outros países da América Latina.

Nesse sentido, a partir da leitura sistemática das teses, podemos apontar que os tipos de pesquisas realizadas são pesquisas documentais e bibliográficas e trabalhos de campo; com relação à amplitude as investigações são de caráter local, nacional ou internacional; como marcos teóricos apontam-se como conceitos chaves o planejamento educacional, Estado e regulação; quanto aos procedimentos metodológicos foram observadas e realizadas entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e observação em campo; e quanto ao tipo de

abordagem, as pesquisas estão próximas ao nível de abordagem analítico, sendo observada a integração entre teoria e dados, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais em torno das políticas educacionais analisadas.

Com relação aos componentes que constituem o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), proposto por Mainardes e Tello (2015), é possível observar que as perspectivas epistemológicas adotadas se aproximam ao macromodelo crítico a partir dos enfoques críticos contemporâneos, de acordo com Losada; Casas, citados por Mainardes e Tello (2015). Nesse sentido, as/os autoras/es analisam as políticas educacionais relacionadas ao planejamento educacional, em nível local, nacional e internacional, a partir de referenciais teóricos que consideram as lógicas globais, dos aspectos políticos e econômicos relacionados à organização da economia global (DALE, 2004).

Dessa maneira, o posicionamento epistemológico das/os autoras/es aproxima dos referenciais críticos, buscando apontar as tensões referentes ao planejamento das políticas educacionais, nesse contexto, e as ações dos sujeitos envolvidos nos processos de elaboração, gestão e tradução de tais políticas. Esses enfoques epistemológicos podem contribuir para o campo de pesquisa em política educacional quando se propõem a refletir acerca do contexto específico em que tais políticas estão inseridas e dos jogos de disputas, arranjos e interesses próprios que as circundam, possibilitando a análise da influência de tais políticas nos mecanismos de reprodução social.

## Referências

BASTOS, Roberta Freire. **Sistemas municipais de ensino: a gestão das políticas educacionais do município de Serra/ES**. 2016, Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. pp. 122-155.

CAMINI, Lúcia. **Gestão Educacional e a relação entre Entes Federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. 2009. 294f.

Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Planejamento educacional. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga (Org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. s/p.

CURY, C.R.J. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma Educação igualitária e federativa. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2020.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 4 ago. 2017.

FERNANDES, Fabiana Silva. **Planejamento educacional**: conceitos, definições e mudanças. Recompilando e relendo as concepções latino-americanas da década de 1980 e início de 1990'. 2006. 232 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara, 2006.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. O planejamento da educação profissional no contexto do desenvolvimento sustentável. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]**. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-2046--Int.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2017.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 69-96, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p69>. Acesso em: 4 ago. 2017.

FERREIRA, Márcia dos Santos; MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. *In*: BALL, Stephen.; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

GENTILINI, João Augusto. **Crise e planejamento educacional na América Latina**: tendências e perspectivas no contexto da descentralização. 1999. 239 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GUEDES, Mardonio e Silva. **Nos atalhos do pedir**: favores, paternalismo e planejamento educacional no Ceará (1963-1982). 2010 221 f. (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MAINARDES, Jefferson; TELLO, Cesar. A pesquisa no campo da política educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 24, n. 75, p. 01-17, 2016. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/2331>. Acesso em: 4 ago. 2017.

MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 04 ago. 2017.

MARIANO, Sangelita Miranda Franco. **O Plano de Ações Articuladas (PAR):** Uma perspectiva de gestão e planejamento na educação pública municipal de Uberlândia-MG. 2016. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2016.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Revista HISTEDBR (Online)**, Campinas, v. 18, n. 2, pp. 291-304, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652795>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva. **Planejamento da educação e cooperação internacional:** uma análise dos programas Monhangara e Fundescola'. 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.** 2016. 315f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.